

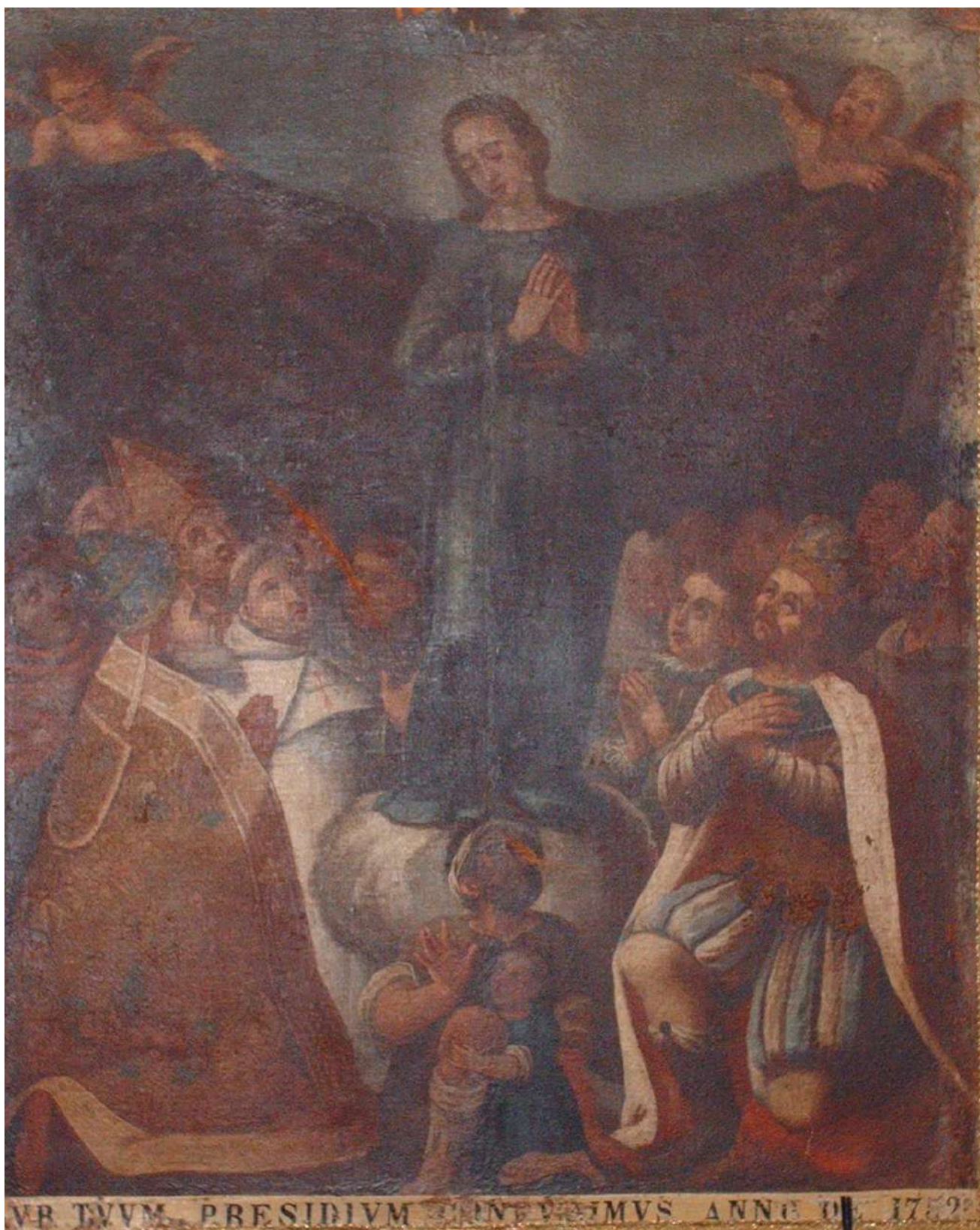


**SANTA
CASA
DA
MISERICÓRDIA
DE
REDONDO**

REGULAMENTO ELEITORAL



2018



ÍNDICE

CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Artigo 1.º - Âmbito	5
Artigo 2.º - Duração do Mandato	5
Artigo 3.º - Capacidade Eleitoral	6
Artigo 4.º - Exclusividade, Impedimentos, Incompatibilidades e Não e Elegibilidade	7
CAPITULO II – CADERNO E CONVOCATÓRIAS ELEITORAIS	7
Artigo 5.º - Caderno Eleitoral	7
Artigo 6.º - Afixação e Reclamações do Caderno Eleitoral	8
Artigo 7.º - Direito de Informação	9
Artigo 8.º - Convocatória Eleitoral	9
CAPITULO III – LISTAS	10
Artigo 9.º - Apresentação	10
Artigo 10.º - Composição	11
Artigo 11.º - Entrega e Verificação	12
Artigo 12.º - Reclamações, Protestos e Dúvidas	13
CAPITULO IV – ASSEMBLEIA ELEITORAL	16
Artigo 13.º - Funcionamento da Assembleia Eleitoral	17
Artigo 14.º - Boletins de Voto	17
Artigo 15.º - Modo de Votar	18
Artigo 16.º - Voto por Representação e por Correspondência ...	19

Artigo 17.º - Contagem e Apuramento de Votos	20
Artigo 18.º - Proclamação e Comunicação de Resultados	21
Artigo 19.º - Eleição Intermédia e Reconstituição dos Órgãos Sociais	21
Artigo 20.º - Inexistência de Listas	22
CAPITULO V – DA IMPUGNAÇÃO DO ACTO ELEITORAL	22
Artigo 21.º - Impugnação	23
CAPITULO VI – TOMADA DE POSSE	23
Artigo 22.º - Posse	24
CAPITULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ..	23
Artigo 23.º - Registo	25
Artigo 24.º - Casos Omissos	25
Artigo 25.º - Aprovação e Alterações	26
Artigo 26.º - Prazos	26
Artigo 27.º - Entrada em Vigor	26
Aprovação	27



Regulamento Eleitoral da Santa Casa da Misericórdia de Redondo

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente Regulamento rege e organiza o processo eleitoral de forma complementar ao previsto no Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Redondo, Instituição de ora em diante abreviadamente designada por ***Misericórdia***.
2. O âmbito da sua aplicação circunscreve-se à eleição dos Órgãos Sociais da Misericórdia – Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Definitório.

Artigo 2.º

Duração do Mandato

1. Os Órgãos previstos no número 2 do artigo anterior são eleitos em lista conjunta e para mandatos com a duração de 4 (quatro) anos, que coincidem com os anos civis.
2. O mandato dos membros dos Órgãos Sociais inicia-se com a tomada de posse.
3. Os titulares dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

Artigo 3.º

Capacidade Eleitoral

1. Têm capacidade eleitoral activa (votantes) todos os Irmãos que, à data da afixação do caderno eleitoral, tenham adquirido essa qualidade há, pelo menos, um ano e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e associativos, nomeadamente sejam maiores de idade, nos termos do disposto no N.º 2 do Artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro.
2. Têm capacidade eleitoral passiva (candidatos) todos os Irmãos que, à data da afixação do caderno eleitoral, tenham adquirido

essa qualidade há pelo menos um ano e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e associativos, nomeadamente sejam maiores de idade, nos termos do disposto na alínea c) do N.º 1 do Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro.

3. Não possuem capacidade eleitoral passiva os Irmãos que mantenham com a Misericórdia qualquer pleito judicial.

Artigo 4.º

Exclusividade, Impedimentos, Incompatibilidades e Não e Elegibilidade

1. Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos Órgãos Sociais da *Misericórdia*, assim como não é permitido o desempenho em simultâneo de cargos nos Órgãos Sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e actividades sejam conflitantes com os da *Misericórdia*, bem como em uniões, federações e confederações de tais entidades.
2. Entre os membros da Mesa Administrativa e/ou os membros do Definitório não pode haver laços de parentesco ou afinidade no 1.º grau da linha recta (pais, filhos, padrastos, enteados, sogros, genros e noras) ou no 2.º grau da linha colateral (irmãos e

cunhados), bem como matrimoniais ou uniões canonicamente irregulares.

3. A Mesa Administrativa e o Definitório não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da *Misericórdia*.
4. O cargo de Presidente do Definitório não pode ser exercido por trabalhadores da *Misericórdia*.
5. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem ser eleitos, reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

CAPÍTULO II

CADERNO E CONVOCATÓRIA ELEITORAIS

Artigo 5.º

Caderno Eleitoral

1. Compete à Mesa Administrativa a elaboração do caderno eleitoral.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o caderno eleitoral deve conter o nome de todos os Irmãos com capacidade eleitoral activa à data das eleições, nos termos do Artigo 3.º.

Artigo 6.º

Afixação e Reclamações do Caderno Eleitoral

1. O caderno eleitoral provisório deve ser afixado na sede social na data da emissão da convocatória eleitoral e, salvo o disposto nos números seguintes, não pode ser alterado.
2. No prazo de 3 (três) dias a contar da sua afixação, poderão os Irmãos reclamar fundamentadamente junto da Mesa da Assembleia Geral sobre os dados constantes do caderno eleitoral.
3. A Mesa da Assembleia Geral pronunciar-se-á acerca das reclamações no prazo de 3 (três) dias a contar da respectiva apresentação, informando o reclamante da sua resolução e indicando à Mesa Administrativa as rectificações que forem devidas.

4. Da resolução da Mesa da Assembleia Geral não cabe recurso.
5. Esgotados os prazos previstos nos números anteriores o caderno eleitoral definitivo será afixado na sede social, em substituição do provisório, e não pode ser alterado.

Artigo 7.º

Direito de Informação

Com o propósito de proceder à apresentação de uma lista, qualquer Irmão com capacidade eleitoral pode, a partir do momento da sua afixação, solicitar a consulta do caderno eleitoral nos Serviços Administrativos/Secretaria, não podendo fotocopiá-lo ou fotografá-lo.

Artigo 8.º

Convocatória Eleitoral

1. Os Órgãos Sociais são eleitos em Assembleia Geral, em sessão ordinária, a ocorrer quadrienalmente, convocada exclusivamente para o efeito, designada por *Assembleia Eleitoral*.

2. A Assembleia Eleitoral tem lugar até final do mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.
3. Nas convocatórias das reuniões da Assembleia Geral serão sempre indicados o local, o dia, a hora de abertura e encerramento das urnas de voto e a ordem de trabalhos.
4. A Assembleia Eleitoral é convocada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência em relação ao acto eleitoral.
5. A convocatória é afixada na sede da *Misericórdia* e remetida, pessoalmente, a cada Irmão através de correio electrónico ou por meio de aviso postal e de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situa a sede da *Misericórdia*.
6. Independentemente da convocatória, é ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais nas edições da *Misericórdia*, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da *Misericórdia*.

CAPÍTULO III

LISTAS

Artigo 9.º

Apresentação

1. As listas candidatas à eleição dos Órgãos Sociais deverão dar entrada nos Serviços Administrativos da *Misericórdia*, durante o período de expediente, até ao 11.º (décimo primeiro) dia anterior ao da data designada para a eleição, contra comprovativo.
2. Cada lista candidata deve ser proposta por um número mínimo de 10 (dez) Irmãos no pleno gozo dos seus direitos e que não integrem qualquer lista candidata.
3. As listas para a eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório devem conter, respectivamente três, oito e seis nomes.
4. Só podem ser submetidas a sufrágio as listas candidatas que sejam acompanhadas de declaração confirmativa da sua aceitação expressa, assinada por cada Irmão que a integre.

Artigo 10.º

Composição

1. Cada Órgão Social é composto pelo número de Irmãos indicados no Compromisso.

2. As listas são organizadas separadamente por Órgãos, identificando nominalmente o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Provedor e o Presidente do Definitório.
3. Se forem indicados nomes que ultrapassem os necessários para preenchimento dos cargos previstos no Compromisso da Misericórdia, os mesmos serão dados como não escritos.

Artigo 11.º

Entrega e Verificação

1. Aquando da entrega da candidatura nos Serviços Administrativos, é atribuída, por ordem de entrada, uma letra do alfabeto a cada lista, com início na letra "A" e que a identificará até ao final do acto eleitoral.
2. No acto de recepção de cada candidatura, o primeiro signatário ou mandatário tem de indicar, por escrito, o contacto telefónico, endereço electrónico e morada onde pode ser notificado para todos os efeitos do processo eleitoral.
3. Terminado o prazo de entrega de candidaturas, se o Presidente da Mesa da Assembleia Geral detectar alguma irregularidade na organização do respectivo processo, notificará, no prazo de 2 (dois) dias, o primeiro signatário ou mandatário da lista para que

diligencie no sentido do seu suprimento, em igual prazo, devendo as alterações a que haja lugar ser formalizadas nos Serviços Administrativos da *Misericórdia*.

4. Caso as irregularidades não sejam tempestivamente supridas por motivo imputável ao representante da candidatura, a lista não será elegível, lavrando-se despacho de rejeição.
5. Verificada a elegibilidade de todos os elementos de cada lista, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral lavrará despacho de aceitação e afixação, cabendo aos Serviços Administrativos afixar as listas até 6 (seis) dias antes do acto eleitoral, em local bem visível na sede da Misericórdia.

Artigo 12.º

Reclamações, Protestos e Dúvidas

1. No prazo de 2 (dois) dias após a afixação das listas candidatas, qualquer Irmão pode levar ao conhecimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral as reclamações, protestos ou dúvidas que considerar pertinentes no que respeita à composição e legitimidade das listas, através de requerimento devida e sucintamente fundamentado.

2. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pronunciar-se-á, no prazo de 2 (dois) dias, acerca das reclamações ou protestos previstos no número anterior, comunicando a respectiva decisão ao primeiro signatário ou ao mandatário da lista sobre a qual recaia a reclamação e ao reclamante, cabendo aos Serviços Administrativos afixar de imediato as listas corrigidas em substituição das anteriores.
3. Além da faculdade prevista nos números anteriores, todo o Irmão eleitor pode, durante o acto eleitoral, dirigir à Mesa da Assembleia Geral dúvidas ou reclamações, assim como apresentar protestos, por forma escrita e sucinta.
4. Os documentos onde se formulem dúvidas, reclamações, protestos e contraprotostos são apensos à acta da sessão eleitoral e é neles que é lançada, por escrito, a resolução da Mesa, a qual é anunciada à Assembleia Geral pelo seu Presidente.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 13.º

Funcionamento da Assembleia Eleitoral

1. Declarada e constituída a Assembleia Geral em *corpo eleitoral*, a mesma funcionará em *sistema de urna de voto aberta*, dispondo cada Irmão de um voto.
2. As votações respeitantes a eleições dos Órgãos Sociais serão feitas por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos Irmãos presentes.
3. Compete à Mesa da Assembleia Geral desempenhar as funções de comissão eleitoral, dirigindo e fiscalizando o acto eleitoral.
4. Para o efeito, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral fará participar em todas as fases do acto eleitoral, um representante de cada uma das listas concorrentes, estando estes presentes nomeadamente durante o período de tempo que as urnas de voto se encontrem abertas, bem como na contagem dos votos.
5. Servirão de escrutinadores os Irmãos nomeados pela Mesa da Assembleia Geral para o efeito, que farão a descarga nos cadernos eleitorais dos nomes dos Irmãos eleitores.

Artigo 14.º

Boletins de Voto

1. Os boletins de voto devem incluir em estilo uniforme a indicação de cada uma das listas concorrentes através da letra correspondente, iniciando-se na letra "A", contendo após cada letra uma quadrícula que permita ao Irmão votante efectuar a sua escolha.
2. Todos os boletins de voto são impressos em papel de igual cor, dimensão e gramagem.

Artigo 15.º

Modo de Votar

1. Dentro da sala de votação só é permitida a presença em permanência, para além dos membros da comissão eleitoral e de trabalhadores da Misericórdia credenciados para o efeito, de um representante de cada uma das listas candidatas, entrando sucessivamente para votar tantos Irmãos quantos o número de cabines de voto existentes.
2. A cada Irmão eleitor será entregue um boletim de voto, onde este assinalará a lista em que pretende votar, marcando com uma cruz a quadrícula correspondente à sua escolha.

3. Após identificar-se, o Irmão votante dobra o boletim em quatro e introduz o mesmo na urna de voto, na presença do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou de quem esteja naquele momento a presidir à Mesa de Voto, que descarregará o nome do votante no caderno eleitoral.
4. O Irmão eleitor que não tenha condições de autonomia física para exercer o voto pessoalmente, pode fazer-se acompanhar por outro Irmão da sua confiança para o auxiliar no acto de votar.

Artigo 16.º

Voto por Representação e por Correspondência

1. O voto por representação apenas é admitido nos actos eleitorais, nos seguintes termos:
 - a) Tanto o representante como o representado têm de ser Irmãos no pleno uso dos seus direitos;
 - b) Cada Irmão só pode assumir uma representação;
 - c) Sem prejuízo da identificação e verificação da capacidade individual do representante, este deve ainda demonstrar perante a Mesa da Assembleia Geral que tem os poderes necessários para a representação e votação, exibindo e

entregando procuração assinada pelo representado devidamente autenticada.

2. É admitido o voto por correspondência devendo a assinatura do Irmão estar reconhecida nos termos da lei, entregue até ao dia útil anterior à eleição.

Artigo 17.º

Contagem e Apuramento de Votos

1. Após o encerramento da urna de voto, são contadas as descargas do caderno eleitoral e confrontadas com o número de votos entrados na urna, na presença de um representante de cada lista concorrente.
2. Os boletins de voto que se apresentem rasurados, emendados, rasgados ou por qualquer outro modo deteriorados são julgados nulos.
3. Apurados os votos que cada lista obteve, os escrutinadores elaboram e entregam ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma nota com o resultado, a qual será arquivada depois de rubricada por este.
4. Considera-se eleita a lista candidata que tenha obtido o maior número de votos.

Artigo 18.º

Proclamação e Comunicação de Resultados

1. Findo o acto eleitoral e antes de encerrar a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamará eleita a lista vencedora, mandando afixar por edital, no local onde tenha decorrido a votação e na sede social, o resultado das eleições.
2. Da Assembleia Eleitoral será exarada e assinada a respectiva acta.
3. No caso de não estar presente algum ou alguns dos Irmãos que integre a lista vencedora, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral oficiará o(s) mesmo(s), no prazo de 5 (cinco) dias a contar da eleição.
4. O resultado da eleição é ainda comunicado ao Ordinário Diocesano e à União das Misericórdias Portuguesas, antes da tomada de posse dos membros eleitos.

Artigo 19.º

Eleição Intermédia e Reconstituição dos Órgãos Sociais

1. Em caso de vacatura da maioria dos cargos de um dos Órgãos Sociais, incluindo os respectivos suplentes, deverá o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar eleições intermédias com vista ao preenchimento das vagas verificadas.
2. A convocatória para a eleição referida no número anterior ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que ocorreu a vacatura da maioria dos lugares do Órgão Social.
3. Os Irmãos eleitos para preencherem as vagas verificadas apenas completarão o mandato.

Artigo 20.º

Inexistência de Listas

Caso não seja apresentada tempestivamente qualquer lista candidata às eleições, ficando a Assembleia Eleitoral *deserta*, devem os Órgãos Sociais em funções diligenciar no sentido de incentivar os Irmãos da Misericórdia à constituição de uma lista, a fim de se reiniciar o processo eleitoral nos termos do presente Regulamento.

CAPITULO V

DA IMPUGNAÇÃO DO ACTO ELEITORAL

Artigo 21.º

Impugnação

A impugnação do acto eleitoral é competência do Bispo Diocesano, nos termos do Compromisso e do Decreto Geral Interpretativo.

CAPÍTULO VI

TOMADA DE POSSE

Artigo 22.º

Posse

1. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral marcar local, data e hora para a tomada de posse dos membros dos

Órgãos Sociais, que terá lugar em cerimónia pública a realizar até ao 30.º (trigésimo) dia posterior ao da eleição.

2. A posse será conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou pelo seu substituto.
3. Quando algum dos Irmãos eleitos não aceitar o respectivo cargo, será logo proclamado o Irmão que ocupar o primeiro lugar na lista dos suplentes.
4. Antes de assinar a posse os novos eleitos prestarão o seguinte juramento: "***Declaro por minha honra servir bem e fielmente o cargo para que fui eleito e observar e fazer observar o Compromisso desta Misericórdia, com a ajuda de Deus e a protecção da Nossa Senhora das Misericórdias***".
5. A posse ficará exarada em livro próprio, assinada pelos empossados.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 23.º

Registo

Compete à Mesa Administrativa proceder aos registos e comunicações obrigatórios a que legalmente houver lugar relativamente ao acto eleitoral, nomeadamente junto dos competentes serviços da Segurança Social.

Artigo 24.º

Casos Omissos

As dúvidas que a aplicação do presente Regulamento suscite, bem como o preenchimento de lacunas que no mesmo possam existir, serão resolvidas pela Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa própria ou sob proposta da Mesa Administrativa, tendo sempre em conta o disposto no respectivo Compromisso e na legislação aplicável.

Artigo 25.º

Aprovação e Alterações

1. As alterações do presente Regulamento exigem maioria qualificada de dois terços dos votos dos membros presentes na Assembleia Geral da Misericórdia.
2. O Regulamento só pode ser alterado por iniciativa processual de qualquer um dos Órgãos Sociais da Misericórdia ou de, pelo menos, 30 (trinta) Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos, em termos de proposta fundamentada dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 26.º

Prazos

Os prazos a que se refere o presente Regulamento são contados em dias consecutivos.

Artigo 27.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação.

Aprovado em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Redondo, realizada em 24 de Setembro de 2018.

A Mesa da Assembleia Geral

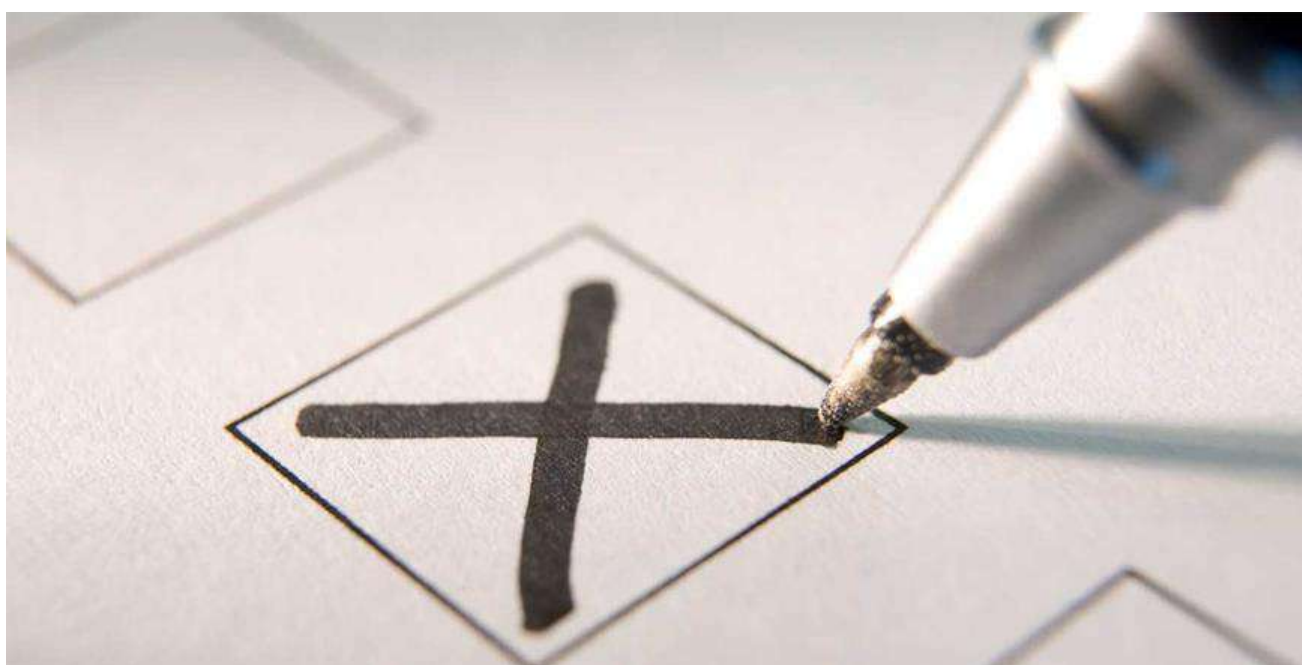
O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

O original encontra-se rubricado e assinado







SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REDONDO

Telefone: 266 909 352 – Fax: 266 909 535

Mail: misericordiaedondo@sapo.pt

<http://www.misericordiaedondo.pt>

Rua de Monsaraz, 1 – 7170-045 REDONDO